

# Sumário

Número de notícias: 26 | Número de veículos: 16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Prazo para alterar regime acaba na quarta-feira ..... 3

VALOR ONLINE - LEGISLAÇÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Carf afasta tributação sobre venda de ações a funcionários ..... 4

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Algoritmos e robôs ainda são raridade no setor público ..... 5

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHAINVEST  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

União evita derrota de R\$ 472,7 bilhões após decisão do STF ..... 6

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHAINVEST  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PT tenta convencer mercado de que vai compensar PEC ..... 7

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHAINVEST  
SEGURIDADE SOCIAL

Redução de tributos é maior atrativo dos fundos de previdência ..... 10

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
SEGURIDADE SOCIAL

Adesão a fundo de pensão de servidor é baixa ..... 13

FOLHA ONLINE - SP - MÔNICA BERGAMO  
SEGURIDADE SOCIAL

Transição de Lula recebe informação de que fila do INSS já passa de 5 milhões ..... 14

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
REFORMA TRIBUTÁRIA

O novo governo e o valor da Federação (Editorial) ..... 15

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Discurso moderado de Alckmin pode apaziguar polarização, diz Flávio Rocha ..... 17

FOLHA ONLINE - SP - FOLHAINVEST  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Dólar recua em linha com o exterior e de olho na PEC da Transição ..... 18

O GLOBO - ON LINE - RJ - ULTIMAS NOTICIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Do que depende a indicação de Fernando Haddad para o ministério da Fazenda de Lula  
..... 19

O GLOBO - ON LINE - RJ - ULTIMAS NOTICIAS  
POLÍTICA

Com fusões e federações, Câmara terá menor fragmentação partidária desde 1999 ..... 21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

PIB deve perder fôlego no 3º trimestre ..... 23

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
ECONOMIA

Lula assume articulações para aprovação da PEC.....	26
FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHAINVEST ECONOMIA	
Aprenda a definir quando a previdência é a escolha certa.....	28
FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHAINVEST ECONOMIA	
Mais pobres se endividam para comprar comida e pagar contas.....	31
JORNAL DE BRASÍLIA - DF - MUNDO ECONOMIA	
Eles pedem ajuda e querem voltar ao Brasil.....	34
O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Conselho "ressuscita" benefício e juízes federais podem embolsar até R\$ 2 mi.....	35
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
O debate surrealista sobre a PEC da Transição (Artigo).....	40
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
O BC distante do barulho - HENRIQUE MEIRELLES.....	41
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Diferença no IPCA pode "liberar" R\$ 24 bi em 2023.....	42
O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Dilema brasileiro (Editorial).....	43
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Economistas esperam alta de 0,6% no PIB do 3º tri.....	44
VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL ECONOMIA	
Dados indicam que inflação global atingiu o pico.....	45
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
Crescimento da economia x crescimento da dívida pública (Artigo).....	46

# Prazo para alterar regime acaba na quarta-feira



Raphael PAti\*

Os **servidores públicos** federais têm até esta quarta-feira, 30 de novembro, para decidir sobre a migração do Regime Próprio de **Previdência Social** (RPPS) para o Regime de **Previdência Complementar** (RPC). A mudança é opcional e vale apenas para quem entrou no serviço público antes de 2013. A decisão é definitiva, por isso, especialistas recomendam aos servidores que façam as contas para saber quando é vantajoso alterar o regime previdenciário.

O funcionário que realiza o processo de migração fica com aposentadoria limitada ao teto do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) - que hoje é de R\$ 7.087,22 -, mas tem direito ao Benefício Especial (BE), uma indenização por todo o tempo que contribuiu para a previdência, acima desse teto de R\$ 7 mil.

A migração pode ser feita pelo Sigepe ou pelo aplicativo Sou Gov. Em ambos os programas, o funcionário deve clicar na opção "previdência" e, dentro dessa opção, tem a possibilidade de optar ou não pela migração. O procedimento é feito de maneira muito simples e sem burocracia. Se o funcionário não migrar, pode ficar no regime antigo e, dependendo do ano em que entrou no serviço público, receber a integralidade e a paridade de vencimentos na aposentadoria.

Caso o servidor opte pela migração, há a possibilidade de adesão à Funpresp-Exe, ou à Funpresp-Jus, que são responsáveis por serviços de **previdência complementar** aos poderes Executivo/Legislativo e

Judiciário, respectivamente.

Até a última quarta-feira, 3.975 **servidores públicos** federais migraram para o RPC. A Funpresp espera que o movimento cresça na reta final, visto que, na última janela de migração, dentre os 6.560 que optaram por fazer o procedimento, 5.720, ou 87,2% do total, deixaram para a última semana.

O fato de a mudança de regime não ser obrigatória permite que o servidor faça a escolha mais adequada à sua realidade individual. O diretor de Seguridade da Funpresp, Cícero Dias, lembra que é importante fazer as contas para saber se é mais vantajoso fazer a migração ou permanecer no antigo regime.

"É importante fazer essas contas, comparar os valores líquidos dessas aposentadorias e, além disso, comparar três coisas: o impacto da migração na remuneração atual, o impacto da migração no valor da aposentadoria e o impacto da migração nos benefícios de pensão por morte e nos benefícios de incapacidade", explica.

Para auxiliar o servidor, a Funpresp criou um página especial com um simulador que permite ao funcionário, por meio de seu histórico de remunerações, simular o que pode acontecer com a aposentadoria, pensão por morte ou por invalidez. Para acessar o simulador, o funcionário deve acessar [funpresp.com.br](http://funpresp.com.br) e clicar em "veja como fazer".

\*Estagiário sob a supervisão de Odail Figueiredo

# Carf afasta tributação sobre venda de ações a funcionários

*Por Joice Bacelo e Arthur Rosa - Do Rio e de São Paulo*

Veja a matéria no site de origem:

[valor.globo.com/legislacao/noticia/2022/11/28/carf-afasta-tributacao-sobre-venda-de-acoes-a-funcionarios.ghtml](http://valor.globo.com/legislacao/noticia/2022/11/28/carf-afasta-tributacao-sobre-venda-de-acoes-a-funcionarios.ghtml)

**Notícias Relacionadas:**

VALOR ECONÔMICO - SP

**Carf** afasta tributação sobre venda de ações a funcionários

**Site:** [valor.globo.com/legislacao/noticia/2022/11/28/carf-afasta-tributacao-sobre-venda-de-acoes-a-funcionarios.ghtml](http://valor.globo.com/legislacao/noticia/2022/11/28/carf-afasta-tributacao-sobre-venda-de-acoes-a-funcionarios.ghtml)

# Algoritmos e robôs ainda são raridade no setor público

*Malu Delgado Para o Valor, de São Paulo*

Veja a matéria no site de origem:

[http://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187393](http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187393)

**Site:**

[http://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187393](http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187393)

# União evita derrota de R\$ 472,7 bilhões após decisão do STF

O plenário virtual do STF (Supremo Tribunal Federal) chegou à conclusão, na madrugada deste sábado (26), que as empresas não têm direito irrestrito a créditos de PIS e Cofins. A decisão significa uma vitória para a União, que corria o risco de perder uma arrecadação da ordem de R\$ 472,7 bilhões em **tributos**.

O ministro Dias Toffoli, relator da decisão, proferiu voto favorável à União e foi acompanhado pelos ministros Alexandre de Moraes, Carmen Lúcia, Luiz Fux, Kassio Nunes Marques, Gilmar Mendes, André Mendonça, Ricardo Lewandowski e Rosa Weber.

Já o ministro Luís Roberto Barroso abriu divergência e foi acompanhado pelo ministro Edson Fachin.

Pela lei, as empresas podem obter créditos tributários no regime de apuração de PIS/Cofins não cumulativo. Ou seja, cada membro da cadeia produtiva paga os **tributos** ao comprar insumos, mas ganha crédito sobre suas aquisições, usados por sua vez pelas empresas para abater do que é devido ao Fisco.

O conceito de insumos é importante porque esse tipo de despesa dá direito a crédito de PIS/Cofins às empresas.

No seu despacho, Dias Toffoli afirmou que a Sorvane S/A (dona da marca Kibon) e a Lever Iguarassu Ltda. (fabricante de produtos de limpeza), ambas com operações na região Nordeste do país e controladas pela multinacional anglo-holandesa Unilever, solicitaram ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região "o aproveitamento como crédito de todas as entradas de bens e serviços em seus estabelecimentos, de modo que a base das contribuições ao PIS e Cofins seja o valor agregado em suas atividades".

Também solicitaram a "utilização do conceito de insumo em seu sentido mais amplo e irrestrito, sem qualquer limitação, como as decorrentes das IN nºs 247/02 e 404/04, permitindo o lançamento de crédito da entrada de todos os tipos de bens e serviços necessários a sua atividade", entre outras questões.

Ou seja, o argumento das empresas era por um entendimento legal amplo do que poderia gerar crédito. Esse pedido, no entanto, foi negado, e a multinacional recorreu ao STF, que deu à razão a

União por uma interpretação mais restrita.

Em 2018, o STJ (Superior Tribunal de Justiça) já derrubou instruções normativas da **Receita Federal** que consideravam insumos apenas os materiais diretamente conectados ao produto final. Para a Corte, o conceito de insumos abrange toda despesa essencial e relevante para a atividade econômica da empresa.

As ações de natureza tributária representam 68% das demandas contra a União classificadas pelo governo federal como de risco possível ou provável de derrota nos tribunais superiores.

Esse contencioso tributário soma R\$ 1,46 trilhão, o equivalente a 75% da receita prevista no Orçamento deste ano.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50109>

# PT tenta convencer mercado de que vai compensar PEC



O vice-presidente eleito Geraldo Alckmin, coordenador da transição, em Brasília Adriano Machado/Reuters

**Idiana Tomazelli**

Sob fortes críticas à PEC (proposta de emenda à Constituição) da Transição, o governo do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), tem pela frente o desafio de convencer o mercado de que adotará medidas para compensar os gastos extras e manter o endividamento sob controle.

A intenção de perseguir esses objetivos tem permeado as falas mais recentes de integrantes da equipe de transição, como o coordenador e vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin (PSB), e os ex-ministros Aloizio Mercadante e Fernando Haddad -este último cotado para assumir o Ministério da Fazenda no novo governo Lula.

Nos últimos dias, a equipe de transição intensificou esse discurso e passou a acenar com medidas como reversão de isenções tributárias, avaliação periódica de gastos e pente-fino em contratos, numa tentativa de atenuar a repercussão negativa da PEC e indicar compromisso com a responsabilidade fiscal. Mas a falta de detalhamento e de promessas concretas ainda gera desconfiança no mercado.

A cobrança por um plano de financiamento dos gastos ficou evidente na reação do mercado financeiro ao discurso de Haddad na sexta-feira (25) durante almoço promovido pela Febraban (Federação Brasileira dos

Bancos). O ex-ministro falou em "choque de gestão", melhora na eficiência do gasto e reavaliação de despesas -mas, sem medidas palpáveis, gerou frustração.

A transição tem sido alertada por diferentes interlocutores, técnicos e políticos, sobre a necessidade de pensar medidas que amenizem o impacto da PEC da Transição na dívida pública. A previsão da fatura já chegou a R\$ 198 bilhões, embora as discussões mais recentes apontem para uma negociação mais próxima de R\$ 150 bilhões, como mostrou a Folha.

O número é considerado "mais palatável", mas ainda assim demandaria esforços para neutralizar parte do rombo adicional nas contas, na avaliação de pessoas que participam das discussões.

O Orçamento de 2023 foi enviado com uma projeção de déficit de R\$ 63,7 bilhões. Sempre que o governo gasta mais do que arrecada, essa diferença é bancada via emissão de títulos da dívida pública, com pagamento de juros -daí a preocupação com a ampliação excessiva do rombo.

Na terça-feira (22), o Ministério da Economia afirmou que prevê maiores receitas no ano que vem e reduziu a estimativa de déficit para R\$ 40,4 bilhões, o equivalente a 0,4% do **PIB** (Produto Interno Bruto). Mas há na transição a percepção de que as receitas estão subestimadas e que, por isso, a projeção de déficit para 2023 pode se reduzir para algo em torno de R\$ 20 bilhões (não considerando os efeitos da PEC).

Nesse cenário, a ampliação das despesas em algo próximo de R\$ 150 bilhões elevaria o déficit público para um patamar em torno de 1,6% do **PIB**. Há a percepção, porém, de que o ideal seria manter o rombo abaixo de 1% do **PIB**, para afastar incertezas sobre a sustentabilidade das contas do país.

Auxiliares afirmam que a expansão de gastos concentrada em transferências de renda e investimentos incentiva o consumo e terá, conseqüentemente, um multiplicador favorável para a economia, ampliando o crescimento e a arrecadação de **tributos**. Dessa forma, uma parte do gasto adicional retornaria em forma de receitas.

Há o reconhecimento, porém, de que esse ganho é insuficiente e será necessário adotar outras medidas.

Uma possibilidade é obter a aprovação de um projeto de lei de autoria do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que autoriza uma nova rodada de repatriação de recursos.

Em 2016, uma lei autorizou contribuintes que tinham bens ou dinheiro não declarados (mas de origem lícita) no exterior a regularizar a situação em condições vantajosas. A **Receita Federal** arrecadou quase R\$ 47 bilhões com a medida, em valores da época.

O valor a ser obtido com a nova rodada ainda é incerto e pode ficar abaixo do verificado há seis anos, mas a iniciativa é considerada como possível fonte de recursos extras em 2023.

Outra alternativa é a revisão dos chamados gastos tributários, isenções concedidas pelo governo para contemplar setores e que devem drenar R\$ 456 bilhões dos cofres públicos no ano que vem. O caminho é considerado difícil devido ao histórico de pressão de diferentes grupos contra a redução dos benefícios.

O novo governo ainda tem a opção de rever a desoneração de **tributos** federais sobre combustíveis, que hoje estão com a alíquota zerada. O custo da medida é R\$ 52,9 bilhões, e uma reversão, ainda que parcial, ajudaria na recomposição das receitas da União.

A discussão, porém, é delicada porque a reoneração dos combustíveis poderia gerar um choque de preços. Em entrevista à Folha, o economista Guilherme Mello, um dos coordenadores do grupo de economia na transição, disse que a desoneração pode ser mantida "num primeiro momento", com posterior reavaliação do cenário.

Economistas de fora do novo governo demonstram incômodo com a desconexão entre os debates. "A urgência do benefício social não é desculpa para não se discutir formas de financiamento", afirma o economista da ASA Investments, Jeferson Bittencourt, ex-secretário do Tesouro Nacional. Ele destaca que já existe uma série de diagnósticos feitos dentro e fora do governo. "A questão é incorporar isso no Orçamento."

Bittencourt elenca como exemplos estudos que indicam a possibilidade de revisão ou extinção de duas políticas: a desoneração da cesta básica e a isenção de Imposto de Renda para contribuintes com mais de 65 anos.

No caso da cesta básica, o governo deve abrir mão de R\$ 34,8 bilhões em 2023 para isentar itens como arroz, carnes, queijos e produtos de higiene. "O problema é que não são só as pessoas pobres que compram arroz. E tem coisas nessa cesta básica que o pobre nem compra, como salmão e queijo brie", afirma.

O estudo feito em 2018 por técnicos do governo sugeria que direcionar metade do valor da desoneração da cesta para o Bolsa Família produzia a mesma redução da desigualdade. "Agora que já aumentamos a transferência de renda, fica faltando o fim da desoneração da cesta básica", afirma o ex-secretário.

Já a isenção de Imposto de Renda para contribuintes com mais de 65 anos deve drenar R\$ 13 bilhões no ano que vem e, segundo Bittencourt, beneficia brasileiros de maior renda que sofrem a incidência do imposto. "E afinal, o imposto é sobre a renda ou sobre a idade?", questiona.

O economista Gabriel Leal de Barros, sócio e economista-chefe da Ryo Asset e ex-diretor da IFI (Instituição Fiscal Independente) do Senado, propõe uma combinação de reformas que poderia, segundo ele, economizar R\$ 700 bilhões em uma década.

O cardápio inclui a aprovação de uma reforma administrativa válida apenas para novos servidores, com limitação de salários iniciais para categorias generalistas e progressão gradual na carreira; a fusão de políticas sociais como Auxílio Brasil, Auxílio Gás, Farmácia Popular, entre outras; e a focalização do abono salarial, espécie de 14º salário pago a trabalhadores com carteira assinada e remuneração de até dois salários mínimos.

Só em 2024, uma combinação que inclua esses três pontos poderia gerar uma economia de ao menos R\$ 39,6 bilhões, estima Barros.

O economista Manoel Pires, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, defende a necessidade de planejamento fiscal de longo prazo, mas alerta para o que ele considera um "erro comum" de propostas recentes: a elaboração de cenários fiscais com receitas bem inferiores ao que se observa na prática.

Em artigo publicado no Boletim Macro de novembro, do Ibre/FGV, ele cita como exemplo a expectativa de crescimento na arrecadação com royalties, participações especiais, dividendos e **tributos** do setor de petróleo nos próximos anos. Essa receita ficou em 0,92% do **PIB** na média de 2011 a 2020, mas pode



subir a 2,11% do **PIB** em 2022 a 2030, segundo cálculos do economista Bráulio Borges.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=5109>**

# Redução de tributos é maior atrativo dos fundos de previdência

**Clayton Castelani**

Quem planeja a aposentadoria esbarra em algum momento nas siglas PGBL e VGBL, além de encarar um apanhado de regras que parecem igualmente confusas para quase todo mundo. Mas a sopa de letras da previdência privada fica mais estimulante quando considerada a sua principal finalidade: pagar menos **impostos**.

Outra vantagem, apesar de menos agradável de se pensar a respeito, é a transferência sem burocracia do valor aplicado para um sucessor após a morte do titular.

É por isso que especialistas recomendam incluir em uma carteira um ou mais planos de previdência privada, mesmo que o mercado ofereça diversas possibilidades que servem à mesma finalidade de aplicação de longo prazo.

"Fundos de previdência possuem benefícios tributários que são característicos desses produtos", afirma Clara Sodré, analista de alocações e fundos da XP. "Além da facilidade para o planejamento sucessório."

É na hora de pagar o imposto sobre a renda (ou de tentar pagar o mínimo possível) que entender um pouco das regras e siglas desses planos faz diferença, segundo Sandro Bonfim, presidente da Comissão de Produtos por Sobrevivência da Fenaprevi (Federação Nacional de Previdência Privada e Vida).

Na modalidade PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre), ele explica, o valor contribuído pode ser deduzido da base tributável do IR (Imposto de Renda) até o limite de 12% da renda bruta do titular do plano.

Essa vantagem não se aplica, portanto, a quem faz a declaração simplificada ou já superou o limite de 12% de abatimentos.

A recomendação frequente é para que o PGBL seja opção para o contribuinte que faz a declaração completa do IR, pois o abatimento realizado anualmente, com o tempo, compensa a tributação sobre o investimento.

Por outro lado, quem faz a simplificada tem vantagem ao optar pelo VGBL (Vida Gerador de Benefício Livre).

O motivo para isso é simples: o imposto, neste caso, é descontado apenas sobre o rendimento.

Sendo a tributação essencial para a escolha do plano de previdência, é importante avaliar qual dos dois sistemas de tributação, o progressivo ou o regressivo, é o mais adequado ao perfil do investidor.

No regime progressivo, a alíquota de imposto aumenta na mesma medida do valor do benefício, assim como é o desconto do IR sobre um salário -de 7,5%, a partir da faixa de isenção de R\$ 1.903,98 até o limite de 27,5%.

Quando a opção é pela tributação regressiva, a alíquota fica menor conforme aumenta o tempo de aplicação até o resgate, começando em 35% para quando isso ocorre em até dois anos e regredindo até 10% para quem passa a usufruir da renda após dez anos.

Não existe uma indicação tão exata sobre o regime de tributação como, por exemplo, pelo tipo de declaração do contribuinte, simplificada ou completa, explica Bonfim. Em vez disso, o mais importante é que o investidor observe o tempo que pretende deixar o dinheiro aplicado e o valor da renda que planeja receber.

"Via de regra, para a pessoa com renda muito alta, é melhor a regressiva", diz o especialista da Fenaprevi.

O acesso rápido dos dependentes ao valor em caso de morte do titular é outro ponto a ser considerado na contratação de um plano. O resgate não depende da realização do inventário, diferentemente do que ocorre com outras aplicações e bens.

Nesse sentido, porém, aquele beneficiário cujo perfil é adequado ao PGBL pode ter a vantagem de não pagar o ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação).

Benefícios previdenciários não são legalmente classificados como herança e, por isso, estariam livres do ITCMD, mas apenas o PGBL é claramente identificado na legislação como um plano de **previdência complementar**. O VGBL está mais para um seguro pessoal.

Essa diferença na nomenclatura criou brechas para que alguns estados passassem a aplicar ITCMD sobre planos VGBL. Contribuintes têm recorrido à Justiça para não pagar o imposto.

Isso não significa que o VGBL deva ser desconsiderado em uma estratégia de investimento a longo prazo para aposentadoria ou sucessão, pois esse é um imposto que seria aplicado na transferência de quaisquer outros bens e valores.

Qualquer que seja a escolha, a estratégia de investimento é a chave para usufruir das vantagens tributárias.

Em um planejamento adequado, a alíquota pode ser significativamente reduzida ou até mesmo inexistir, a depender do tempo de aplicação, valor da renda e idade do beneficiário na ocasião do resgate, já que a faixa de isenção do IR é dobrada para quem tem mais de 65 anos.

Geralmente construído sobre um sistema de capitalização, o plano de **previdência complementar** é calculado com base na capacidade de investimento do indivíduo ao longo do tempo. Tradicionalmente, isso funciona como uma aplicação de renda fixa.

Nos últimos anos, porém, mudanças na regulação passaram a permitir a diversificação da estratégia de investimento. Alterações ocorridas em 2015 e em 2019, principalmente, passaram a permitir a alocação de até 70% em renda variável, além de 20% em aplicações no exterior, para investidores não qualificados (com menos de R\$ 1 milhão em investimento).

"Estou falando aqui de uma estrutura de investimento que já tinha todos os benefícios tributários que, com o avanço regulatório e as flexibilizações, esses fundos passaram a ter novos veículos, estratégias e classes, como a renda variável, que antes não dava para ter", diz Clara Sodré, da XP.

Isso significa que um investidor pode, por meio de um único fundo de previdência, obter exposição a ações e títulos de dívidas de empresas, Tesouro e índices de **inflação** e de juros, entre outras possibilidades.

Há, porém, alterações nas taxas de administração. Enquanto fundos de renda fixa costumam cobrar entre 0,3% e 0,8%, aproximadamente, um multimercado pode cobrar cerca de 2%.

O que é mais relevante para o investidor ao escolher o que entra ou não no seu plano de previdência é a sensibilidade que ele possui aos riscos. Quem não suporta o sobe e desce de mercados como os de

ações e de câmbio não deve optar pela renda variável.

"O investidor precisa entender o perfil de risco e composição da carteira como um todo antes de realizar alocações de longo prazo, por isso sugerimos consultar uma assessoria para auxiliar nessa jornada", recomenda Sodré.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50109>

## O que interfere na tributação da previdência complementar

### PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre)

Bom para quem faz a declaração completa do IR porque permite abater o valor investido até o limite de 12%

### VGBL (Vida Gerador de Benefício Livre)

Adequado ao contribuinte que faz a declaração simplificada ou já faz abatimentos até o limite de 12%

## 1 Tributação progressiva

Renda (em R\$)	Alíquota (em %)
Até 1.903,98	0
1.903,99 a 2.826,65	7,5
2.826,66 a 3.751,05	15
3.751,06 a 4.664,68	22,5
Acima de 4.664,68	27,5

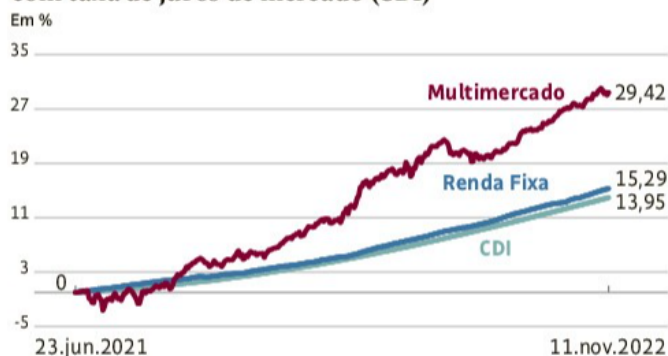
## 2 Tributação regressiva

Prazo de acumulação	Alíquota no resgate (em %)
Até 2 anos	35
2 a 4 anos	30
4 a 6 anos	25
6 a 8 anos	20
8 a 10 anos	15
Acima de 10 anos	10

Fonte: Fenaprevi

## Fundo com renda variável (multimercado) é volátil, mas pode entregar ganho maior no longo prazo

### Comparação da rentabilidade entre produtos da XP\* com taxa de juros de mercado (CDI)



\* A comparação entre o fundo Kapitalo K10 Prev XP Seguros Advisory Fic Multimercado e o JGP Crédito Advisory XP Seguros FIC Renda Fixa Previdenciário Crédito Privado LP pode não refletir o conjunto do mercado  
 Fonte: XP Investimentos

# Adesão a fundo de pensão de servidor é baixa

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187393?page=1&section=1>

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187393?page=1&section=1>**

# Transição de Lula recebe informação de que fila do INSS já passa de 5 milhões

**Mônica Bergamo**

A equipe de transição de Lula (PT) já começou a coletar dados no Ministério do Trabalho e Previdência para fazer um diagnóstico da situação. O dado que mais preocupa é o de que há hoje 5 milhões de processos em análise no **INSS** que já estouraram o prazo de 45 dias para que fossem resolvidos.

Além da injustiça de obrigar um cidadão a esperar mais do que o razoável por uma resposta do órgão, o atraso gera juros para o Estado, que terá que desembolsar mais dinheiro quando o benefício enfim começar a ser pago.

"As filas nas portas das agências do **INSS** não existem mais. Mas hoje elas são virtuais, e quilométricas", diz o advogado Fabiano Silva dos Santos, um dos coordenadores do grupo de transição da Previdência.

Uma das ideias em debate é de novo transferir a Dataprev para o Ministério do Trabalho e da Previdência.

A Empresa de Tecnologia e Informações, que é responsável pela gestão da base de dados sociais do país, especialmente do **INSS**, foi transferida por Jair Bolsonaro (PL) para o Ministério da Economia. E chegou a ser incluída no programa de privatizações- que agora deve ser rediscutido.

Na avaliação da transição, houve desvirtuamento da função essencial da empresa, que sofre hoje com a defasagem de quadros técnicos e não conseguiu, por exemplo, parametrizar seu sistema de acordo com as novas regras de aposentadoria que foram aprovadas no país.

Durante a campanha eleitoral, Lula afirmou que recriaria o Ministério da Previdência -a pasta hoje está unida à área do trabalho.

**Site:**

**<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2022/11/transicao-de-lula-recebe-informacao-de-que-fila-do-inss-ja-passa-de-5-milhoes.shtml>**

# O novo governo e o valor da Federação (Editorial)

Revalorizar a Federação e retomar a cooperação entre o governo central e os governos estaduais devem ser algumas das primeiras iniciativas do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. Isso será essencial tanto para grandes ações inovadoras, como a **reforma tributária**, quanto para a boa condução, no dia a dia, das ações administrativas. A primeira reunião com os governadores eleitos, prevista para 7 de dezembro, está sendo preparada com ajuda do governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, coordenador do Fórum Nacional de Governadores.

A cooperação entre Brasília e os poderes subnacionais foi praticamente nula nos últimos quatro anos e renegada quando se tratou de combater a pandemia. Muito mais do que a um estilo de governo, esse abandono do vínculo entre os níveis administrativos é atribuível à miséria da ação governamental do presidente Jair Bolsonaro.

Em todo o mandato, suas ações foram marcadas principalmente por objetivos pessoais e familiares, por voluntarismo e por improvisação. Se pelo menos o ministro da Economia tivesse recorrido a algum planejamento, a história poderia ter sido um pouco diferente. Mas a gestão econômica foi muito bem alinhada ao - por assim dizer - estilo bolsonariano, sem planos, sem projetos claros e sem visão de longo prazo.

A relação entre poder central e poderes subnacionais foi brutalmente afetada por interesses eleitorais - particulares, portanto - do presidente Bolsonaro, quando ele conseguiu do Congresso uma redução do tributo estadual sobre combustíveis, eletricidade, telecomunicações e transporte. Possibilitado por uma violência contra o princípio federativo, esse lance demagógico produziu benefícios de caráter eleitoreiro e até freou, temporariamente, os indicadores de **inflação**. Mas foi insuficiente, enfim, para o objetivo principal do presidente, a reeleição.

Sobraram, naturalmente, enormes perdas de arrecadação para Estados e municípios, com inevitáveis prejuízos para serviços prestados a dezenas de milhões de brasileiros. Este será, muito provavelmente, um dos temas de conversas entre o futuro presidente da República e os governadores eleitos. Não há como prever com detalhes os possíveis desdobramentos dessa discussão. Mas a

colaboração com os governadores, um objetivo muito valorizado pelo presidente eleito, poderá produzir resultados de grande alcance em vários campos.

Um dos mais importantes será a **reforma tributária**. O atual ministro da Economia nunca foi além, nas suas propostas, de mudanças limitadas na área dos **tributos** federais e, nos momentos de maior ousadia, de uma ressurreição do malfadado imposto do cheque, a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), uma das maiores aberrações da história tributária do Brasil. Nenhuma iniciativa séria, nesse assunto, pode passar longe de uma ampla revisão dos **tributos** indiretos, a começar pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), principal fonte de receita própria dos Estados.

Importantíssimo como gerador de recursos, o ICMS representou um avanço quando foi implantado, em 1967, mas também se tornou, ao longo de mais de meio século, uma fonte de distorções econômicas e de desigualdade. Qualquer projeto sério e abrangente de reforma deve incluir, entre seus objetivos, maior funcionalidade do imposto, maior compatibilidade com a integração global da economia e mais justiça distributiva. Não há como cuidar dessas questões sem tratar do maior tributo estadual. Pelo menos dois projetos já apresentados no Congresso enfrentam tecnicamente essas questões. O presidente eleito terá, portanto, um bom ponto de partida para discutir com os governadores a modernização tributária, podendo dispor, já se sabe, de respeitável assessoria técnica.

Em muitas outras áreas o futuro presidente poderá revalorizar a ideia de Federação e a colaboração com os governos subnacionais. Infraestrutura, educação, saúde pública, formação de capital humano e saneamento são campos óbvios de cooperação. E tudo recomeça, é claro, com a redescoberta da própria ideia de governo.»





# Discurso moderado de Alckmin pode apaziguar polarização, diz Flávio Rocha

*Mônica Scaramuzzo De São Paulo*

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187393?page=1&section=1>

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187393?page=1&section=1>

# Dólar recua em linha com o exterior e de olho na PEC da Transição

O dólar abriu esta segunda-feira (28) em queda frente ao real, acompanhando o exterior em sessão que deve contar com volumes reduzidos devido ao jogo da seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo, com investidores ainda atentos às negociações de gastos extrateto pelo governo eleito de Luiz Inácio Lula da Silva.

Às 9h19 (horário de Brasília), o dólar à vista recuava 0,40%, a R\$ 5,3864 na venda. Na B3, o contrato de dólar futuro de primeiro vencimento caía 0,44%, a R\$ 5,3885.

Na semana passada, incertezas sobre a composição da equipe econômica do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) trouxeram volatilidade aos principais indicadores do mercado financeiro.

Na sexta-feira (25), o encontro de Fernando Haddad, cotado para o cargo de ministro da Fazenda, com os presidentes dos grandes bancos brasileiros provocou reações pessimistas entre investidores.

Financistas buscavam no evento pistas sobre a política fiscal. O ex-prefeito de São Paulo, porém, dirigiu seus comentários à necessidade de priorizar a **reforma tributária** em 2023. O evento ainda reforçou a expectativa de que Haddad, que não é o preferido do mercado para chefiar a economia, ocupará esse posto.

Na Bolsa de Valores brasileira, o índice parâmetro Ibovespa tombou 2,55%, aos 108.976 pontos. No acumulado da semana, houve ligeira alta de 0,10%.

No mercado de juros futuros do Brasil, a taxa anual dos contratos DI (depósitos interbancários) para 2024 subiu de 14,31% para 14,44%, depois de ter recuado na véspera.

O dólar comercial à vista fechou em alta 1,86%, cotado a R\$ 5,41 na venda.

No ramo das finanças há preferência por nomes historicamente comprometidos com a redução do risco fiscal, ou seja, com o maior controle de gastos públicos, o que na avaliação do setor pode reduzir a **inflação** e os juros, criando condições mais favoráveis para atrair investidores para o país.

O economista liberal Persio Arida, que está na equipe

de transição de Lula, é um dos favoritos do mercado para o comando da área. Arida, porém, disse na sexta à noite que não tem intenção de assumir cargos públicos novamente.

**Site:**

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/11/dolar-recua-em-linha-com-o-exterior-e-de-olho-na-pec-da-transicao.shtml>

# Do que depende a indicação de Fernando Haddad para o ministério da Fazenda de Lula

*Por Malu Gaspar*

O suspense em torno da indicação de Fernando Haddad para o ministério da Fazenda do governo de Luiz Inácio Lula da Silva deve terminar nesta semana.

Os dois viajaram juntos à Brasília neste domingo para reuniões com políticos de partidos aliados, como o MDB, além dos presidentes da Câmara, Arthur Lira, e do Senado, Rodrigo Pacheco.

Segundo auxiliares próximos do presidente eleito, ele também vai sondar outros ministériáveis e discutir os possíveis cenários para a economia, conforme o tamanho da licença para gastar que for aprovada no Congresso até o final do ano.

Uma das pretensões de Lula é anunciar a indicação de Haddad junto com outros nomes, para não passar a impressão de improvisado, ou de que esteja cedendo à pressão tanto dos políticos como do mercado para dizer o quanto antes quem será seu ministro da Fazenda.

Lula tem ainda uma preocupação: formar consenso em torno de Haddad, que também sofre resistência de algumas correntes da frente ampla.

Nos últimos dias, a má repercussão das falas do ex-prefeito de São Paulo no almoço da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) levaram a interlocutores de confiança de Lula, incluindo o ex-ministro Jaques Wagner, a argumentar em favor de uma escolha mais palatável ao mercado financeiro - como por exemplo Alexandre Padilha, que também é petista, também é da confiança de Lula, mas tem uma imagem de conciliador da Faria Lima.

No almoço da Febraban, ao qual foi representando o próprio Lula, Haddad disse que o governo dará prioridade à **reforma tributária** e pregou o uso mais eficiente dos recursos públicos, mas deixou frustrados banqueiros e investidores que esperavam declarações mais contundentes de compromisso com a responsabilidade fiscal ou do rumo a ser tomado pela economia no novo governo. Depois da fala, o dólar fechou com alta de 1,65% e o índice de ações da bolsa de valores, o Ibovespa, caiu 2,55%.

Apesar do abalo, porém, Lula não desistiu de colocar

Haddad na Fazenda. A quem tenta argumentar em favor de outra alternativa, defende seu ex-ministro e ex-candidato a presidente em 2018 afirmando que ele tem mestrado e entende de economia.

No mercado financeiro, porém, a impressão a respeito de Haddad é diferente. Entre gestores de recursos e investidores, o ex-prefeito de São Paulo é tido como alguém dogmático, arrogante e avesso à disciplina fiscal - e que, apesar de não entender tanto assim de economia, seria uma espécie de professor de Deus .

Haddad sabe dessa fama e se incomoda com ela. Não foram poucas as vezes que ele se queixou a interlocutores frequentes no mundo financeiro de não ser compreendido e de não ser nada disso que falam .

Vários desses amigos chegaram a fazer campanha na Faria Lima para tentar reduzir as resistências ao ex-prefeito de São Paulo, telefonando para os mais próximos para tentar convencer de que ele é pragmático e não promoveria nenhuma farra fiscal. Não tiveram sucesso.

Um banqueiro com quem falei depois do evento da Febraban resumiu a impressão deixada por Haddad em uma resposta curta: prepotente e acha que sabe tudo, como sempre .

Outro afirmou ainda que o problema com o discurso do possível ministro da Fazenda de Lula não é com o que ele disse, mas sim com o que ele não disse, porque não tinha autorização para fazer. E avançou: como Haddad estava lá como representante do Lula, o problema já está deixando de ser os auxiliares do presidente e passando a ser ele mesmo .

No Congresso, também há vários grupos de diferentes partidos que entendem que Haddad não tem traquejo político e não poderia comandar negociações difíceis, como a da PEC da Transição.

Com suas conversas em Brasília, Lula pretende reduzir o impacto que a indicação de Haddad poderia causar no mercado e no Congresso. O problema é que, quanto mais o presidente eleito se demora em reuniões e conversas de bastidores que terminam sempre na mesma conclusão, mais complexa fica a operação Haddad.

**Site: <https://oglobo.globo.com/blogs/malu-gaspar/post/2022/11/do-que-depender-a-indicacao-de-fernando-haddad-para-o-ministerio-da-fazenda-de-lula.ghtml>**

# Com fusões e federações, Câmara terá menor fragmentação partidária desde 1999

*Por Jan Niklas - Rio de Janeiro*

Com a implementação das federações e as três fusões anunciadas por partidos desde o resultado da eleição, a Câmara dos Deputados deve iniciar a próxima legislatura com 16 bancadas - a menor fragmentação partidária desde 1999, início do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso.

O aumento da concentração é reflexo direto nas mudanças na lei, que instituíram cláusulas de desempenho (a partir de 2018) e acabaram com a possibilidade de coligações nas disputas proporcionais, novidade deste ano.

A consequência direta é a tendência de as negociações entre Executivo e Legislativo fluírem mais rapidamente, cenário que pode amenizar as adversidades para o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) diante de um Congresso que saiu das urnas com o bolsonarismo fortalecido.

Na semana passada, o Podemos anunciou que vai incorporar o PSC, agremiação que não ultrapassou a cláusula de barreira. Na sequência do primeiro turno, em 2 de outubro, também já haviam anunciado fusões Solidariedade e o Pros, além do PTB com o Patriota - nenhuma dessas legendas cumpriu os requisitos estabelecidos pela legislação.

Diante dessas junções e das federações partidárias - mecanismo em que os partidos não se fundem, mas precisam atuar como única bancada durante a legislatura -, o mandato de 2023 deve começar com 16 grupos partidários. Esse é menor número desde 1999, quando a Câmara dos Deputados era composta por 18 siglas, segundo dados disponibilizados pelo Congresso.

Nas últimas décadas, a fragmentação partidária vinha crescendo a cada eleição. Ela chegou ao pico em 2019, início da atual legislatura: 30 partidos saíram das urnas no ano anterior com representantes eleitos para a Câmara.

Foi também na eleição de 2018 que entrou em vigor a cláusula de barreira, que passou a exigir um desempenho mínimo de votação para os partidos terem acesso a mecanismos como o fundo partidário e a propaganda eleitoral gratuita. A estrutura

disponibilizada no Congresso, como postos de liderança, também fica reduzida. Legendas que não atingiram essas condições passaram a negociar fusões e criações de novas agremiações.

As bancadas partidárias sofreram então uma redução significativa e gradual. O número de partidos com representação na Câmara caiu dos 30 do pleito anterior para 23 agora - com as federações e as fusões já anunciados, o número de bancadas irá a 16. Em 2022, os partidos tiveram que alcançar 2% dos votos para deputado federal (em pelo menos 1/3 das unidades federativas) ou eleger 11 deputados federais, distribuídos em ao menos nove estados.

- O Executivo não vai precisar conversar com milhares de partidos com demandas completamente diferentes. Quando eles se fundem, acabam decidindo por agendas próprias, o que é mais difícil se esses legisladores estão pulverizados - analisa a cientista política Carolina Botelho, do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA/USP).

A configuração pode amenizar os esforços dos articuladores políticos de Lula, que terão pela frente o PL, partido do presidente Jair Bolsonaro, com o maior número de deputados (99), além da possibilidade de ocupar a presidência da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a mais importante da Câmara. O governo eleito já enfrenta dificuldades agora na PEC da Transição, considerada essencial pelo PT para gerir o Orçamento a partir do ano que vem.

Nesta eleição, seis partidos não atingiram os critérios da cláusula de barreira. Cinco deles (Patriota, Pros, PSC, PTB e Solidariedade) viram na fusão a alternativa de sobrevivência. Em dois casos, no entanto, - Pros e Solidariedade; PTB e Patriota -, a união ainda não é suficiente para cumprir os critérios, e novos arranjos serão necessários. O PSC se uniu ao Podemos e resolveu a questão, enquanto o Novo, também atingido pelo mecanismo, segue sozinho.

Novo segue sozinho

A única exceção foi o Novo, partido do governador mineiro Romeu Zema, que chegou a dar uma declaração de que a sigla tinha articulações para se unir a outras agremiações. No entanto, o plano foi negado pela presidência da legenda.

Outros partidos que poderiam esbarrar ou já haviam se deparado com a cláusula em 2018 formaram federações antes da eleição e escaparam de ter os acessos a verbas e propaganda na TV prejudicados. Assim, PV e PCdoB se uniram ao PT, na federação que terá a segunda maior bancada da Câmara, com 81 deputados. A Rede, por sua vez, se aliou ao PSOL, enquanto o Cidadania buscou abrigo no PSDB.

Carolina Botelho acrescenta ainda que a **reforma política** ocorreu em resposta às críticas sobre a falta de representatividade e identidade ideológica de grande parte das agremiações. Neste contexto, a imposição da cláusula de barreira seria um dos mecanismos para conter a proliferação de siglas nanicas. Ela pondera, no entanto, que ainda há um caminho longo a ser seguido:

- É um mecanismo para forçar os partidos a não se fragmentarem. Mas essas mudanças institucionais não criam automaticamente mudanças na agenda e na negociação dos partidos. É mais um dos processos pelos quais a gente pode garantir o fortalecimento dos partidos e, lá na frente, conquistar determinada representatividade.

**Site:**

**<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2022/11/com-fusoes-e-federacoes-camara-tera-menor-fragmentacao-partidaria-desde-1999.ghtml>**

# PIB deve perder fôlego no 3º trimestre

**ROSAna hessel**

A semana começa com a expectativa dos dados do Produto Interno Bruto (**PIB**) do terceiro trimestre de 2022, que serão divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na quinta-feira. A certeza entre analistas é de que o resultado será positivo e menor do que o registrado nos dois trimestres anteriores, de 1% e 1,2%, respectivamente, confirmando um cenário de desaceleração em curso. As apostas dos especialistas ouvidos pelo Correio para o crescimento da economia brasileira entre julho e setembro deste ano variam de 0,4% a 0,7%.

O **PIB** é o indicador da soma de riqueza produzida pelo país. As projeções atuais do mercado estão melhores do que as do início do ano, porque havia uma expectativa de que a atividade econômica poderia até encolher no terceiro trimestre, por conta do forte impacto do aperto da política monetária do Banco Central, iniciado em março de 2021, quando a taxa básica de juros (Selic) estava no piso histórico de 2% ao ano. Quando o Banco Central aumenta os juros, ele puxa o freio de mão da economia, mas o impacto demora cerca de nove meses para ser sentido, de fato. A Selic está em 13,75%, ou seja, um aumento de 9,75 pontos percentuais até setembro, quando a taxa foi mantida no patamar atual.

Analistas reconhecem que o impacto negativo da Selic na atividade começaria a partir de julho, mas, como o governo adotou uma política expansionista, com vários incentivos na economia desde a primeira metade do ano, os dados começaram a ser revistos e devem evitar um dado negativo **PIB** do terceiro trimestre. Nessa lista de estímulos estão a liberação extra do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); adiantamento do 13º para aposentados, na primeira metade do ano; o aumento de R\$ 400 para R\$ 600 no Auxílio Brasil, os benefícios para taxistas e caminhoneiros; e as reduções de **impostos** sobre combustíveis no segundo semestre. Com isso, as estimativas de crescimento do **PIB** neste ano foram revisadas para cima sucessivamente e, em alguns casos, as projeções de crescimento já chegam a 3%.

É o caso das previsões de José Márcio Camargo, economista-chefe da Genial Investimentos, que espera alta de entre 0,5% e 0,7% no **PIB** de julho a setembro e estima crescimento de 3% no **PIB** deste ano. "Estamos com viés de alta nestes números", adiantou.

Outro motivo para os dados mais otimistas do

mercado em relação ao **PIB** deste ano estão relacionados à surpresa da recuperação do setor de serviços, o segmento que mais emprega e o mais afetado com a pandemia da covid-19, que só conseguiu recuperar o patamar pré-pandemia em 2022. Mas indústria e comércio estão dando sinais de arrefecimento neste semestre, e analistas já avisam que o desempenho da economia pode indicar uma curva em W, mostrando um sobe e desce após a pandemia - e não em V como a equipe econômica vinha alardeando. É algo mais parecido com o chamado vôo de galinha, pois o **PIB** brasileiro não tem muita força para manter um crescimento acima de 2% por um período mais prolongado.

Não à toa, as projeções para 2023 são de altas entre 0,5% e 1%, confirmando que o **PIB** não está decolando como o ministro da Economia, Paulo Guedes, costumava afirmar. Pelo contrário, a atividade está desacelerando, em grande parte, por conta do freio de mão puxado, e o país deve crescer menos do que a média histórica registrada desde o início do século 20.

"O Brasil continua crescendo menos que a média global e do que a sua média histórica, de 2%, que não é um crescimento vigoroso. O Brasil está na armadilha de renda média, em grande parte, porque tem juros reais muito altos, se comparados com o resto do mundo", afirma Rodolfo Margato, economista da XP Investimentos, com base nos dados da série histórica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Ele lembra que a taxa média do **PIB** global é puxada pelas economias asiáticas, que ainda crescem em ritmo mais forte do que o resto do mundo. A China, por exemplo, deve avançar menos neste ano e apresentar uma retomada no ano que vem, e, mesmo assim, continuará acima da média global.

FMI

Pelas estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI), o crescimento global vai desacelerar de 6%, em 2021, para 3,2% em 2022 e 2,7% em 2023. Pelas projeções do BNP Paribas, o Brasil deverá crescer 3% neste ano, menos do que a média da Zona do Euro, de 3,2%, taxa semelhante de crescimento previsto para a China.

Margato destaca que, com a Selic atualmente em 13,75% ao ano, o juro neutro está em 7%, e o juro real - descontada a **inflação** projetada para o ano no boletim Focus do Banco Central, de 5,25% -, em 8,5%.

Logo, com juro real acima da taxa neutra, o impacto na atividade tende a ser negativo, fazendo o crédito recuar, o consumo encolher e, conseqüentemente, a demanda cair. Com isso, a expectativa é reduzir a **inflação** - que voltou a crescer acima da previsão em outubro -, e, indiretamente, a perda do ritmo de crescimento do **PIB** como efeito colateral. O juro real do Brasil já é o mais alto do mundo e está muito acima da média dos países emergentes, lembram os analistas.

"Um juro real nesse patamar bate em cheio na atividade, e esse é um dos fatores que deve fazer com que o **PIB** desacelere nesta segunda metade de 2022 e no ano que vem", alerta Margato, da XP. Ele reconhece que, diante do aumento das incertezas em torno da questão fiscal, um novo aumento da Selic em 2023 está no radar do mercado, a depender do tamanho do rombo do Orçamento do próximo ano.

Os serviços devem ser o grande destaque setorial dos dados do **PIB** do terceiro trimestre, de acordo com a economista Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV). "Após um primeiro semestre mais forte, os serviços estão mantendo o ritmo. Mas, por ora, mantemos a nossa projeção para o **PIB** do terceiro trimestre em 0,6%, ante o segundo trimestre, e de 2,7% de crescimento em 2022", observa a especialista.

Contudo, esses números ainda não contemplam a forte revisão do IBGE para o **PIB** anual de 2020, que passou de -3,9% para 3,3%. "As atualizações só estarão disponíveis após a divulgação do **PIB** do terceiro trimestre, quando teremos acesso aos dados desagregados trimestralmente e a todas as revisões do **PIB** de 2021 e de 2022", destaca a economista do Ibre.

### Decepções

Margato, da XP Investimentos, lembra que os indicadores antecedentes do **PIB** divulgados pelo IBGE no terceiro trimestre vem mostrando um arrefecimento da atividade, após um avanço médio de 1,1% no primeiro semestre. As projeções da XP indicam alta de 0,5% no **PIB** do terceiro trimestre na margem, ou seja, em relação ao trimestre anterior, e alta de 3,6% na comparação anual. "Não houve alteração significativa ao longo das últimas semanas, apesar das surpresas positivas com serviços, setor que está crescendo mais forte do que o projetado. Mas tivemos dados decepcionantes na indústria e nas vendas do varejo. Os dados de julho e de agosto foram fracos", explica.

O economista diz ainda que, para o último trimestre de

2022, a projeção é de nova desaceleração do **PIB**, com alta modesta de 0,2%, o que fará o crescimento do ano ficar em 2,8%, passando para 1% em 2023, uma das estimativas mais otimistas, que leva em conta um carregamento estatístico de 0,6% de 2022 para o ano que vem. O analista da XP reconhece que um dos principais motivos da desaceleração no ano que vem é o impacto defasado da política monetária. "Isso impacta a oferta de crédito, diante dos juros cada vez mais altos e o endividamento das famílias muito elevado", alerta.

O Brasil continua crescendo menos que a média global, em grande parte, porque tem juros reais muito altos, se comparados com o resto do mundo" Rodolfo Margato, economista da XP Investimentos



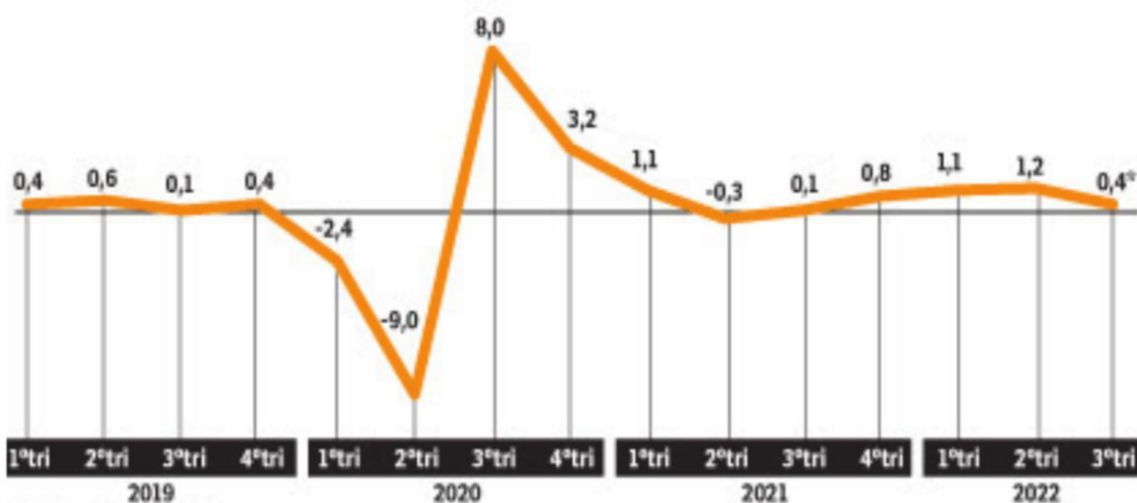
## Pé no freio

O IBGE divulga, na próxima quinta-feira, o resultado do PIB do terceiro trimestre e a certeza de analistas é de que a desaceleração está em curso



### EVOLUÇÃO DO PIB

Variação em relação ao trimestre anterior — Em %



\*projeção da MB Associados

### BOLSA DE APOSTAS

Veja algumas das projeções do mercado para o PIB

Instituição	3º tri	Ano
Safra	0,4	2,8
MB Associados	0,4	3,0
XP Investimentos	0,5	2,8
Itaú Unibanco	0,5	2,8
FGV Ibre	0,6	2,7
Rio Bravo	0,6	2,7
BNP Paribas	0,7	3,0
Genial Investimentos	0,7	3,0

Fontes: IBGE, bancos e consultorias

### COMPARATIVO GLOBAL

O Brasil, ao contrário do que o governo costuma falar, não está decolando e continua crescendo menos do que a média global.

#### Veja as projeções do BNP Paribas

	2022	2023	2024
Brasil	3,0	0,5	1,3
Estados Unidos	1,9	-0,1	-0,2
Zona do Euro	3,2	-0,5	1,3
China	3,2	4,5	4,8
México	2,8	0,3	-0,2
África do Sul	1,7	0,2	1,0

Parifco/IB/D.A Press

# Lula assume articulações para aprovação da PEC



Geraldo Alckmin, Arthur Lira, Lula e Gleisi Hoffmann no último dia 9: PEC da Transição precisa ser aprovada em dezembro para vigorar em 2023

Brasília - O presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), assume hoje, em Brasília, as articulações com o Congresso Nacional para destravar as negociações da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, que viabiliza a manutenção do Bolsa-Família de R\$ 600 em 2023 e que precisa ser aprovada em dezembro. O petista deve passar a semana toda na capital federal para participar de várias reuniões com aliados e a cúpula do Congresso para definir por quanto tempo o benefício ficará fora do teto de gastos. Na quarta-feira, ele começará a receber os relatórios produzidos pelos grupos de trabalho de sua equipe de transição, que estão analisando os dados da administração federal em múltiplas áreas. São 31 grupos com 416 integrantes, incluindo 50 em cargos comissionados, que entregar um amplo diagnóstico que indicará as primeiras medidas que o novo governo deverá tomar.

O relator do Orçamento, senador Marcelo Castro (MDB-PI), disse, na semana passada, que espera apresentar amanhã o texto final da PEC. O maior impasse da PEC é o estouro do teto de gastos, que limita as despesas ao Orçamento do ano anterior, mais a **inflação**. A equipe de Lula não chegou ainda a um acordo com o Congresso sobre o prazo de validade e o valor da PEC. O PT queria que o Bolsa-Família ficasse fora do cálculo do teto por tempo indeterminado, mas já admite negociar limite de dois anos.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), já adiantou que manter o benefício fora das regras fiscais de forma definitiva não tem "ressonância" no Congresso. "A lógica de ter com prazo indefinido, ou seja, determinar a retirada do teto de gastos dos recursos do Bolsa-Família integralmente, já está claro

que não encontra ressonância no Congresso Nacional", disse ele, em entrevista coletiva, na semana passada.

"É necessário somar a responsabilidade social com a responsabilidade fiscal. Neste momento, tem a situação mais emergencial. O que pode acontecer eventualmente é uma situação mais emergencial. E a discussão da âncora fiscal, forma e método que leve em conta a dívida pública, o crescimento e o teto de gastos pode ser feita ao longo do tempo. O teto de gasto público é uma conquista do povo brasileiro, mas toda essa discussão tem que ser feita com bastante zelo pelo Senado", disse também Pacheco.

A chegada de Lula a Brasília, adiada por causa da participação dele na Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP27) e de uma cirurgia na garganta, é tida como fundamental por interlocutores da transição. Se antes Lula foi poupado porque o PT julgava simples a aprovação da PEC, agora, o petista se torna central para acalmar o mercado, demonstrando que seu compromisso com o social estará combinado com responsabilidade fiscal, e para a articulação com o Parlamento e também formação da base parlamentar do futuro governo.

Para o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que coordena um grupo técnico da transição, é necessário "conformar" uma base. "Tem que haver lealdade a apenas um L, o L de Lula", disse o parlamentar. Segundo ele, fica a dúvida se um outro "L", que não Lula, seria de Lira, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), um dos principais líderes do Centrão, mais um com quem o presidente eleito vai se reunir durante a semana para agilizar o andamento da PEC, que precisa ser aprovada em tempo recorde. Mas Randolfe lembra que a proposta de emenda com tramitação mais rápida no Parlamento levou 37 dias. Um sinal de que a equipe de transição, mesmo insistindo na PEC, já trabalha com a possibilidade de ela ser aprovada após a posse presidencial, ou mesmo em fevereiro com o novo Congresso.

Tudo vai depender das inúmeras conversas de Lula previstas para esta semana. Amanhã é a data limite para o texto iniciar a tramitação no Congresso. Randolfe aponta outra dificuldade. "É um Parlamento antigo querendo fazer exigências a um governo novo",

ponderou. Já em fevereiro, a Câmara renova 44% dos deputados, e a negociação deve ser outra. Nas conversas com interlocutores da transição não se fala em desistir da PEC. Ela deve sair, seja nessa legislatura, seja na próxima, se essa for a vontade de Lula.

Apesar dos lobbies e grupos de interesse que estão batendo à porta dos grupos técnicos do gabinete de transição no Centro Cultural do Banco do Brasil (CCBB), ninguém sabe qual será o mapa a ser desenhado por Lula na Esplanada dos Ministérios. Mesmo com aliados já falando à imprensa com a desenvoltura de ministro, costumam repetir o mantra de que a escolha será feita pelo presidente eleito, e tudo ao seu tempo.

#### NOMES INDEFINIDOS

Fontes da transição têm apostas, mas sabem que as escolhas, em alguns casos, serão de nomes que estão apenas na cabeça de Lula. "O problema é que não tem nome na mesa, tem na cabeça do presidente", avalia o senador Jaques Wagner (PT), responsável pela articulação política da PEC no Congresso. O político baiano protagonizou demonstração do ruído dentro da equipe de transição quando, ao reconhecer que a PEC está travada, disse "faltar um ministro da Fazenda" para facilitar a articulação da proposta. A declaração rendeu, poucas horas depois, uma crítica da presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), que alfinetou Wagner: "Falta é articulação política no Senado, por isso, que eu acho que nós travamos na PEC".

Outro aliado, o senador Renan Calheiros (MDB-AL), principal articulador da aproximação de Lula com o MDB, tem disparado críticas à PEC. No caso dele, por razões regionais, já que a proposta aproximou o PT do presidente da Câmara, principal antagonista de Calheiros em Alagoas. "O que se recomenda como encaminhamento para um governo que se elegeu em uma eleição tóxica, cheia de pensamentos, é que se construa em primeiro lugar uma maioria congressual. Com ela, que se elejam os presidentes das duas Casas", disse.

**Site:**

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/28/11/2022/p1>

# Aprenda a definir quando a previdência é a escolha certa



Ana Rosa Vilches fez planos de previdência privada para ela e os netos Marcelo Chello/Folhapress

## Felipe Nunes

O mercado de previdência privada está mais diversificado, com produtos e estratégias para diferentes níveis de risco e soluções customizadas para atender o objetivo e o perfil do investidor.

Números da Fenaprevi (Federação Nacional de Previdência Privada e Vida) mostram um setor aquecido. No terceiro trimestre deste ano, os planos de previdência privada no Brasil somavam R\$ 41,7 bilhões, uma alta de 18,8% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O plano VGBL (Vida Gerador de Benefício Livre) continua como o produto de maior volume de aportes entre os brasileiros, com R\$ 38,9 bilhões em prêmios e contribuições -crescimento de 19,8% em comparação ao terceiro trimestre do ano passado. Já o PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre) tem R\$ 2,6 bilhões.

Os indicadores podem ser otimistas, mas isso não significa que a previdência privada seja o investimento mais indicado para todos os casos, dizem especialistas.

João Batista Ângelo, membro da Comissão de Produtos por Sobrevivência da Fenaprevi, diz que saber por quanto tempo manterá o dinheiro investido é importante, pois a previdência privada beneficia investidores que enxergam a longo prazo. Por outro lado, ela não é atrativa para quem espera por retornos mais rápidos, que poderá encontrar mais vantagem em investimentos com alíquotas menores no curto prazo.

Por esse motivo, a previdência não é vista como um produto competitivo absoluto, diz Ângelo. "A gente entende que a previdência é um complemento entre as opções de investimento dos trabalhadores brasileiros que têm a possibilidade de guardar recursos."

Para o assessor de investimento e colunista da Folha Michael Viriato, a previdência privada é um excelente instrumento de acumulação, e entre as principais vantagens estão os benefícios fiscais e de facilidade na sucessão de bens.

"Para aproveitamento do benefício fiscal, é importante considerar alguns critérios: o primeiro é o tempo."

Por exemplo, para quem escolhe a tributação pela tabela regressiva, a alíquota do IR (Imposto de Renda) diminui de acordo com o tempo em que os recursos permanecem aplicados. Se o saque for feito após dez anos, a alíquota é de 10%. Quando o saque é feito em até dois anos, sobe para 35%. Outros tipos de investimento possuem percentuais de IR que variam entre 15% e 27,5%.

Há também a opção da tributação progressiva, que começa em 7,5% e pode chegar a 27,5%, além da parcela a deduzir de cada faixa. Nesse caso, a porcentagem varia de acordo com a renda do investidor.

Walter Mendes, presidente da Vivest, diz que a consciência sobre a importância de garantir um complemento à aposentadoria oficial ainda não é generalizada no país, devido à carência de educação financeira e à instabilidade econômica das últimas décadas.

"O trabalhador só costuma pensar na aposentadoria quando está próxima, quando na realidade a poupança previdenciária é algo a ser construído ao longo do tempo."

Preocupada em ensinar os filhos e os netos sobre a importância desse planejamento, a pesquisadora e doutora em educação financeira Rosa Vilches, 61 anos, decidiu dar o exemplo. Atualmente, ela investe em três planos de previdência privada, modalidade que escolheu por sentir mais segurança.

Das três apólices, uma foi contratada para ela mesma,

que sonha em realizar uma festa de aniversário quando chegar aos 100 anos de idade. As outras duas são para os netos, ambos com três anos de idade.

"Além de garantir uma melhor estrutura para quando eles forem adultos, o objetivo é ensiná-los a pensar no futuro. Por isso, preciso dar exemplo. Só posso educar se eu mostro isso com minhas atitudes."

Saber o que fazer quando o recurso for resgatado é também importante antes de aderir a um plano de previdência privada. Um dos objetivos buscados pelos investidores é contar com o dinheiro como um complemento à aposentadoria.

Para especialistas, a previdência é um produto interessante para quem está em busca deste objetivo.

Segundo Viriato, um trabalhador que começar a aplicar mensalmente R\$ 4.000 em um plano VGBL (indicado, no geral, para contribuintes que fazem a declaração simplificada do IR) de renda fixa a partir dos 40 anos conseguirá se aposentar aos 65 anos com uma renda extra de R\$ 10 mil por mês.

"Para o caso do investimento na aposentadoria com prazo de acumulação de 25 anos, a vantagem da previdência é grande. Há uma economia de Imposto de Renda e há o ganho pela ausência de come-cotas [antecipação semestral do IR sobre rendimento de fundos de renda fixa, multimercados e cambiais]."

Em um investimento de longo prazo, o retorno é maior para um plano VGBL de renda fixa, que rende IPCA mais 6% ao ano, do que um fundo com o mesmo tipo de retorno.

"Assumi que o IPCA mais 6% ao ano equivale a um retorno esperado de 12% ao ano. Poupança R\$ 4.000 por mês em VGBL com esta rentabilidade, o investidor terá o necessário para se aposentar com R\$ 10 mil a valores de hoje."

Se o objetivo é poupar dinheiro para pagar a faculdade dos filhos, a previdência talvez não seja a melhor opção, afirma Cintia Senna, educadora financeira da DSOP. Novamente, é preciso considerar o quesito 'tempo' para avaliar se é um bom negócio.

Considere o caso de pais que desejam fazer um investimento para pagar seis anos de faculdade do filho, ao preço estimado de R\$ 7.000 por mês.

Em uma simulação, para conseguir pagar essa mensalidade de R\$ 7.000 por mês ao longo de seis anos seria necessário acumular uma quantia próxima de R\$ 504 mil, desconsiderando a **inflação** do período e o Imposto de Renda.

Para obter essa quantia seria necessário fazer uma aplicação mensal de R\$ 820,23, pelo período de 18 anos, considerando um rendimento de 0,85% ao mês, estimativa feita com base nas taxas praticadas atualmente no mercado.

Segundo a educadora financeira, devido ao impacto do IR que seria cobrado sobre o valor total aplicado, mais a taxa de administração, outros tipos de aplicação seriam mais indicados para esse objetivo. Dentre as sugestões estão fundos de investimentos de renda fixa, CDBs, Tesouro Direto (Tesouro IPCA), LCI e LCA entre outros.

A previdência privada é indicada para quem faz o planejamento sucessório de bens. Neste caso, o plano mais indicado seria o VGBL, no qual o IR incidirá apenas sobre o montante que render, e não sobre todo o valor investido.

A DSOP fez uma simulação com um homem de 70 anos que planeja deixar parte da herança aos netos. Considerando que ele tenha patrimônio de R\$ 5 milhões e deixe esse valor aplicado por um ano - utilizando a tabela progressiva- teria uma alíquota de 27,5% sobre o que rendeu. Neste caso, a base é o valor que rendeu para cada um dos netos, se for mais de dez netos, a alíquota pode cair para 22,5%. Já se fosse considerada a tabela regressiva, a alíquota seria de 35%.

Além da questão fiscal, o plano de previdência é interessante neste caso já que o valor aplicado não passa por inventário.

Outra vantagem é que os avós conseguem definir o percentual que cada neto poderá receber. Ou seja, serve como se fosse o testamento.

"É interessante observar que os valores definidos em previdência privada, a depender do estado, são livres do ITCMD [Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer bens ou Direitos]", diz Cintia.

No caso de um estudante de 18 anos que sonhe em realizar uma viagem sabática quando chegar aos 35, a previdência privada também não se mostra a opção mais interessante.

Se o objetivo é acumular R\$ 100 mil para passar 12 meses viajando (considerando que, para isso, ele gastaria em média US\$ 50 por dia), ele precisaria investir mensalmente R\$ 227,20 durante os 17 anos (204 meses) considerando um rendimento de 0,85% ao mês.

No final do contrato, o investidor teria acumulado R\$

123.542,20. No momento do resgate, ele terá um Imposto de Renda de R\$ 23.541,79 na tabela progressiva, ficando com o valor necessário para realizar a viagem.

"Se por outro lado, em vez de utilizar a previdência, usasse um CDB, um Título do Tesouro Direto, considerando a mesma rentabilidade, ela precisaria poupar e investir todos os meses o equivalente a R\$ 202,92", diz Cintia.

Caso tivesse optado por um investimento em renda fixa, ele teria uma alíquota de IR menor (15%), valor que seria retirado apenas sobre o que rendeu e não no valor total.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=5109>**

# Mais pobres se endividam para comprar comida e pagar contas

**Lucas Bombana**

Comprar comida e pagar as contas do dia a dia estão entre as principais razões para a população das classes C, D e E tomar empréstimos ao longo dos últimos meses no país, segundo estudo conduzido pelo instituto de pesquisas Plano CDE.

Questionados sobre por que tomaram ou tomariam um empréstimo, entre 45% e 50% dos respondentes das classes C, D e E indicaram que a alimentação e as contas do mês foram ou seriam a principal finalidade. Esse percentual cai para 30% entre as classes A e B.

Considerando todas as classes, 42% afirmam ter alguma dívida em atraso, diz a pesquisa.

"Salta aos olhos essa questão da necessidade dos empréstimos para comprar comida, indicando a situação grave que uma série de famílias enfrenta atualmente", afirma Maurício Prado, diretor do Plano CDE.

Nesse cenário, acrescenta, é preciso ainda mais atenção com a concessão do empréstimo consignado para os benefícios do Auxílio Brasil, que, em muitos casos, estão contraindo dívidas com juros elevados para a subsistência. "O consignado do Auxílio Brasil só vai fazer com que as famílias se enrolem ainda mais."

Pagamento de outras dívidas e montar ou investir no próprio negócio também aparecem entre os principais motivos que justificaram a tomada de empréstimos.

Na divisão por faixa de renda, foram consideradas para definir as classes D e E domicílios com renda familiar de até R\$ 2.000. Na C2, o intervalo vai de R\$ 2.000 até R\$ 3.000, e de R\$ 3.000 até R\$ 6.000 na C1. A AB é formada por lares com renda familiar acima de R\$ 6.000.

A pesquisa do Plano CDE, de abrangência nacional, ouviu 2.370 pessoas maiores de 18 anos de todas as classes sociais, entre 26 de julho e 9 de agosto de 2022.

O levantamento aponta ainda que cerca de 50% das famílias tomaram algum tipo de empréstimo no último ano, sendo familiares e amigos a principal fonte para a busca dos recursos entre os mais pobres, seguidas

pelos bancos digitais e tradicionais.

Coordenador do Centro de Estudos em Microfinanças e Inclusão Financeira da FGV (Fundação Getúlio Vargas), Lauro Gonzalez afirma que a combinação de um cenário de crescimento econômico baixo desde meados de 2014 com uma **inflação** alta e um mercado de trabalho caracterizado pela precarização e a informalidade faz com que o crédito seja cada vez mais utilizado como um complemento à renda da população de menor poder aquisitivo.

"E o crédito como complemento de renda é um caminho quase certo para o superendividamento", afirma o especialista.

Ainda segundo a pesquisa do Plano CDE, 50% dos participantes nas classes D e E já tiveram de reduzir a compra de comida para pagar uma dívida.

O aumento na carga de trabalho (horas extras, bicos, trabalhos temporários) e a venda de bens (carro, móveis, eletrodomésticos) também costumam ser uma das alternativas mais utilizadas.

O levantamento aponta ainda que cerca de 20% dos entrevistados fazem "alto uso" das contas bancárias (mais de uma vez por mês) há menos de dois anos (público considerado recém-bancarizado), sendo cerca de 80% da população C, D e E.

O estudo indica que a maior parte dos recém bancarizados é formada por mulheres (62%), 50% são negros, e quase a metade desse público (49%) se vale das novas instituições financeiras digitais como o principal banco para acessar os serviços financeiros.

Sobre em quais bancos têm a conta que mais utiliza no dia a dia -uma vez que cada cliente bancário possui três contas, em média-, o Nubank aparece na liderança entre a base da pirâmide, com 28% do total. A fintech também desponta na liderança entre o público AB, com 21%.

"Sempre apostamos na criação de produtos inovadores para facilitar a vida dos clientes. Já chegamos a 66,9 milhões de clientes no Brasil, com distribuição diversificada entre as classes A a E, e 55% têm o Nubank como sua conta principal. Dentro desse universo, estimamos que 5,6 milhões tiveram

acesso ao primeiro cartão ou conta através dos nossos serviços. É uma satisfação cumprir um papel relevante de inclusão financeira", afirmou Cristina Junqueira, cofundadora do Nubank, em nota enviada à Folha.

"O protagonismo dos bancos digitais é muito forte e maior do que imaginávamos, acima até da Caixa no público CDE, que historicamente sempre foi o banco mais usado por essas famílias", diz o diretor do Plano CDE.

Entre o público que compõe a base da pirâmide, a usabilidade e facilidade de uso (63%), o acesso a cartão gratuito (53%) e a gratuidade da conta (33%) são as principais razões apontadas para justificar a preferência pelos bancos digitais.

O estudo indica ainda que os entrevistados, em especial de menor renda, afirmam que têm uma experiência melhor ao utilizar os bancos digitais na comparação com os grandes bancos, afirma Prado.

Gonzalez, da FGV, diz que, por um lado, o surgimento dos novos bancos digitais é um fator positivo à medida que aumenta a concorrência em um setor ainda altamente concentrado no país. Mas, por outro, pode acabar contribuindo para um aumento do endividamento das classes mais baixas se a oferta de crédito não vier acompanhada de acesso à informação de qualidade que conscientize as pessoas sobre os riscos dos empréstimos dentro de um orçamento apertado.

O levantamento aponta ainda que o Pix se tornou o principal meio de pagamento para cerca de 30% da população, sendo a alternativa mais citada pelo público da classe C, atrás do cartão de crédito na AB, e do dinheiro na DE.

Entre os brasileiros que conseguiram poupar algum valor no último ano (acima de 60%, mesmo nas classes C, D e E), a caderneta de poupança continua sendo a principal alocação de investimento entre todas as classes sociais, bem como guardar o dinheiro em casa.

Além disso, cerca de 1 em cada 3 brasileiros disse que pretende fazer alguma aplicação na caderneta de poupança nos próximos 12 meses.

Outros 28% gostariam de investir em fundos de investimento, e 27%, nas criptomoedas, com as cripto à frente de opções como ações (23%), títulos públicos e Tesouro Direto (21%) e previdência privada (17%).

Em relação ao público que demonstrou interesse pelo universo das moedas digitais cripto, a pesquisa do

Plano CDE indicou que 65% se informa sobre investimentos por meio de influenciadores digitais e 57% não têm poupança para lidar com um imprevisto no valor da sua renda mensal.

Segundo Prado, a oferta de criptomoedas por meio dos mais diversos canais, de fintechs a aplicativos de empresas de transporte urbano, e o nível elevado de volatilidade do ativo, torna premente a adoção de alguma regulação relativa a esse mercado, de modo a aumentar o nível de transparência para os clientes.

O levantamento evidencia ainda o fato de que o principal desafio para aumento a formação de uma taxa de poupança na base da pirâmide é a falta de renda -nos últimos 12 meses, cerca de 50% da população teve gastos maiores do que a renda, sendo 37% nas classes A e B, 48% e 55% nas C1 e C2, respectivamente, chegando a 60% nas D e E.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50109>



## Pesquisa traça perfil do endividamento por classe

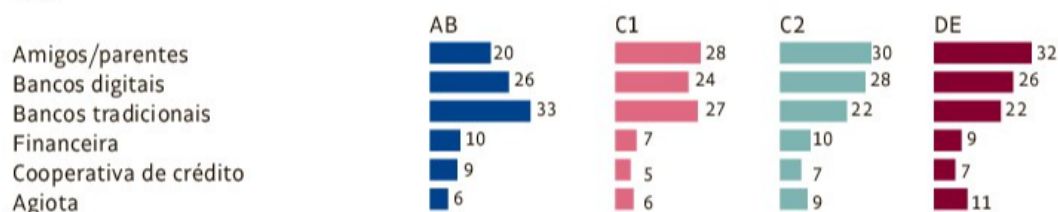
### Para que finalidade precisou ou precisaria do empréstimo

Em %



### Onde buscou empréstimo

Em %



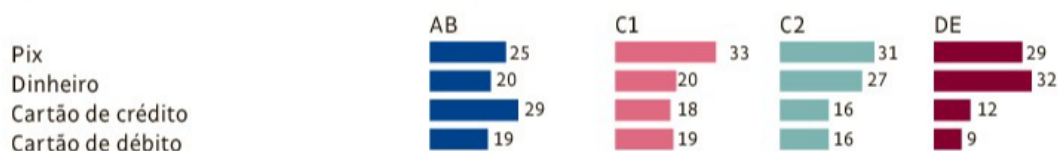
### Você ou alguém da família precisou fazer alguma dessas coisas para pagar dívidas?

Em %



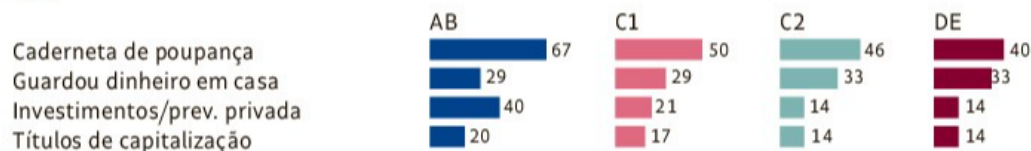
### Meio de pagamento mais utilizado

Em %



### Como poupou

Em %



### Em quais aplicações pretende investir no próximo ano

Em %



Fonte: Pesquisa feita pela Plano CDE com 2.370 pessoas maiores de 18 anos de todas as classes sociais, entre 26 de julho e 9 de agosto de 2022

# Eles pedem ajuda e querem voltar ao Brasil

Imigrantes brasileiros recém- chegados a Portugal, alguns com menos de um mês no país, têm pedido socorro a consulados e associações de solidariedade social para conseguir fazer o caminho de volta. Com a **inflação** no nível mais elevado em mais de 30 anos e uma alta recorde no preço dos imóveis, o custo de vida no país europeu consome rapidamente as economias dos novos moradores.

O movimento tem sido tão expressivo que o consulado brasileiro em Lisboa fez uma publicação nas redes sociais para destacar que "tem registrado aumento significativo de pedidos de repatriamento" por quem afirma "não ter condições de arcar com os custos de retorno ao Brasil". A representação lembra que "não tem competência legal nem dotação orçamentária para custear voos de repatriamento ao Brasil".

A principal alternativa nesse caso é o Programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração da Organização Internacional das Migrações (OIM), vinculada à ONU. A iniciativa apoia várias nacionalidades, mas brasileiros respondem por mais de 90% dos atendidos em Portugal.

Dados fornecidos à reportagem mostram que, embora 2022 ainda não tenha acabado, o número de pedidos de ajuda de brasileiros já voltou aos patamares pré-pandemia -é mais do que o triplo dos realizados em 2021, quando houve um índice abaixo da média histórica.

De janeiro a outubro deste ano, houve 687 casos, ante 219 de 2021 inteiro e 709 de 2020. Entre as 243 pessoas que a OIM já apoiou comprando a passagem de volta para o Brasil em 2022, 67% estavam em Portugal há um ano ou menos e 91% vivia em situação irregular.

Na avaliação de Vasco Malta, chefe de missão da entidade, há duas razões principais e conjugadas para esse movimento: a falta de planejamento para a viagem, sobretudo em relação ao conhecimento da realidade econômica do país, e a atuação de redes criminosas de fomento à imigração que promovem informações falsas no YouTube e nas redes sociais. "Muitos vídeos têm títulos já criminosos. Há um conjunto de pessoas que explora a vulnerabilidade e o desconhecimento de quem está no Brasil", afirma. Malta conta que houve uma mudança no perfil dos brasileiros apoiados - com cada vez mais famílias com crianças (Giuliana Miranda, da Folhapress).

Informações falsas iludem a população

Órgão responsável pela imigração em Portugal, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) tem feito operações mirando influenciadores e assessorias que exploram a migração irregular. Nas redes sociais não é preciso procurar muito para encontrar vídeos e publicações que retratam uma realidade -cada vez mais distante- de compras fartas e baratas em mercados, além de receitas para burlar exigências e mentir na entrevista a agentes no aeroporto.

Nas redes sociais não é difícil encontrar relatos de brasileiros desesperados para deixar Portugal, e o jornal Público recentemente reportou um aumento no número de imigrantes sem-teto no país.

O programa da OIM, então, é só a ponta do iceberg das situações de vulnerabilidade, com a situação real sendo potencialmente bem mais grave. Nesse sentido, além de custear a passagem, o projeto da OIM inclui apoio psicológico, em parceria com uma universidade, e oferece a possibilidade de apoiar projetos de negócios de quem retorna ao Brasil. Ainda assim, o SEF se mantém sobrecarregado, com cerca de 200 mil pedidos de regularização por analisar.

**Site:** [https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp\\_site/issue-11504ec85d0706f6378b24b1114b54df.pdf](https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/issue-11504ec85d0706f6378b24b1114b54df.pdf)

# Conselho "ressuscita" benefício e juízes federais podem embolsar até R\$ 2 mi

**LUIZ VASSALLO**

Órgão administrativo e de fiscalização, o Conselho da Justiça Federal (CJF) restabeleceu para magistrados desse ramo do Poder Judiciário um benefício salarial extinto há 16 anos. Conhecido como quinquênio, o aumento automático de 5% nos vencimentos a cada cinco anos voltará a cair nos contracheques de quem ingressou na carreira federal até 2006. A medida prevê ainda o pagamento retroativo do penduricalho com correção pela **inflação**.

O conselho afirma não ter a estimativa do impacto financeiro da decisão tomada no dia 16 deste mês. São contemplados apenas integrantes da Justiça Federal - Ministério Público, Justiça do Trabalho e Justiças Estaduais não respondem ao órgão. Segundo projeção do consultor legislativo do Senado Luiz Alberto dos Santos, feita a pedido do Estadão, um juiz empossado em 1995, por exemplo, poderá receber mais de R\$ 2 milhões em atrasados.

O adicional por tempo de serviço (ATS) e uma série de vantagens que ficavam de fora do teto foram eliminados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) - órgão de controle de todo o Judiciário. Na época, o vencimento da magistratura fora limitado a R\$ 21 mil, equivalentes ao que recebiam os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Hoje, o teto é de R\$ 39,3 mil, e, se aprovado no Congresso o reajuste de 18% pedido pela Corte, chegará a R\$ 46,3 mil.

Em maio deste ano, o Senado retomou o debate para ressuscitar o ATS acima do teto nas folhas de pagamento de juízes e também procuradores. Foi uma nota técnica de Santos que alertou os impactos da proposta de emenda à Constituição (PEC) que recria o benefício de forma mais abrangente - R\$ 7,5 bilhões anuais. Deixado de lado na via legislativa, o adicional agora volta para parte da magistratura federal pela via administrativa.

O CJF atendeu a um pedido da Associação dos Juízes Federais (Ajufe). A entidade argumenta que o adicional não podia ter sido cancelado para juízes que tivessem o alegado direito adquirido antes da decisão do CNJ. A entidade usou como base precedente do STF que beneficiou servidores e considerou que o bônus deveria continuar a valer para aqueles que já o recebiam.

**JULGAMENTO.** Responsável por julgar a demanda, o CJF é um colegiado formado em parte por integrantes da própria Justiça Federal. Compõem o órgão ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e desembargadores federais.

Relatora do caso e presidente do STJ e do CJF, Maria Thereza de Assis Moura votou contra o pedido. Segundo a ministra, no processo citado como precedente "o autor era um servidor estadual aposentado que não recebia seu benefício pelo regime de subsídio", que, adotado na magistratura, prevê pagamento em parcela única, sem gratificações e adicionais.

A presidente do Tribunal Regional Federal da 6.a Região (TRF-6), Mônica Sifuentes, por sua vez, abriu divergência. A desembargadora afirmou que a implementação do regime de subsídio não devia eliminar o adicional, apontado por ela como um dos "direitos adquiridos e atos jurídicos formais e materialmente" vigentes desde o modelo anterior.

A tese de Sifuentes venceu por sete a quatro. Conforme a decisão, ficou estabelecida a "reintrodução" do adicional à "folha de pagamento, em parcela separada, sujeita à correção pelos mesmos índices de reajuste do subsídio, e o pagamento, respeitando o teto re-muneratório do serviço público". Em uma nota distribuída aos magistrados logo após o fim da sessão no conselho, a entidade autora do pedido afirma que o caso é uma "vitória histórica da Ajufe e da magistratura federal".

**ZONA CINZENTA.** Benefícios concedidos por vias administrativas são alvo de críticas. Como mostrou o Estadão em abril, as associações recorrem aos órgãos de controle para obter vantagens financeiras. Pesquisador do sistema de Justiça na Fundação Getúlio Vargas (FGV), Rafael Viegas afirmou que as entidades atuam em uma "zona cinzenta, que não separa o interesse público - o Estado - do que é o interesse privado - seus associados".

Segundo Viegas, quando o lobby das entidades não dá certo no Congresso, elas provocam os conselhos ou a própria Justiça, "uma estrutura" que tentam "controlar por meio de sua composição". "Não raro (as entidades) obtêm decisões favoráveis ao

reconhecimento do pagamento de indenizações. Ou seja, reconhecem a si mesmos um direito e a forma de satisfazê-lo", disse.

Ao Estadão, o CJF afirma, em nota, que "não haverá efeito econômico nos meses em que o magistrado estiver acumulando acervo". A medida, porém, abre precedente. "Na forma como a decisão foi proferida, eu a vejo como ilícita. Tem caráter meramente administrativo. E ela tende a ser estendida aos magistrados do trabalho, pelo órgão equivalente da Justiça do Trabalho (o Conselho Superior da Justiça do Trabalho)", disse Santos, consultor legislativo do Senado.

"IGUALDADE". Em nota, a Ajufe afirma que o pedido "teve por base o entendimento do STF de que todos os juízes brasileiros devem ter igual tratamento". "Por esse entendimento, ficam assegurados aos juízes federais todos os direitos garantidos aos magistrados da Justiça Estadual, assim como o contrário", diz a associação.

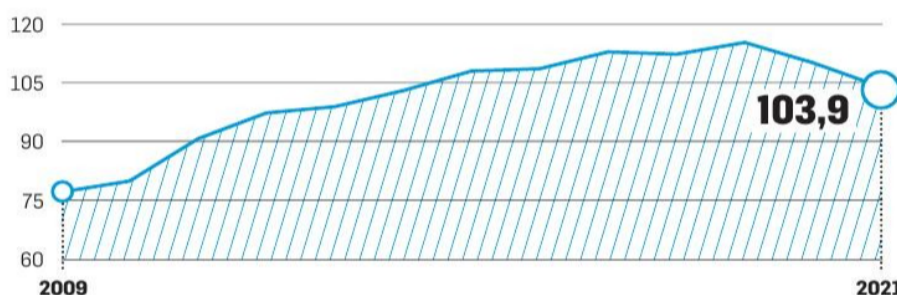
A Ajufe afirma que qualquer vencimento na magistratura se limita ao teto. "Ademais, os valores devidos aos beneficiários estarão sujeitos a todos os **tributos** devidos, especialmente contribuição para a Previdência e Imposto de Renda."^

## RAIO-X DA JUSTIÇA BRASILEIRA

Despesas totais do Judiciário correspondem a 1,2% do PIB, ou a 9,64% dos gastos totais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios

### O custo do Judiciário

EM BILHÕES DE REAIS



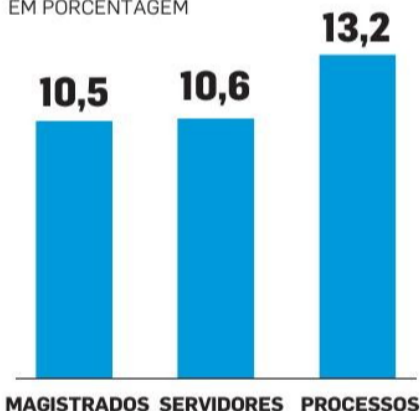
### Os magistrados

TOTAL: 18.035



### A Justiça Federal em relação a todo o Poder Judiciário

EM PORCENTAGEM



MAGISTRADOS SERVIDORES PROCESSOS

\*CONGRESSO AINDA NÃO AVALIOU

### O teto e o salário dos magistrados

EM MILHARES DE REAIS



FONTE: JUSTIÇA EM NÚMEROS 2022/CNJ / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

.....

*“Não raro (as entidades de magistrados) obtêm decisões favoráveis ao reconhecimento do pagamento de indenizações (nos conselhos). Ou seja, reconhecem a si mesmos um direito e a forma de satisfazê-lo”*

**Rafael Viegas**

Pesquisador do sistema de Justiça na Fundação Getulio Vargas (FGV)

.....

.....

## **Histórico**

- O Adicional por Tempo de Serviço (ATS) corresponde a um reajuste de 5% a cada cinco anos
- Em 2006, o ATS foi extinto pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ)
- Em 2013, o então senador Gim Argello (à época no PTB-DF) apresentou PEC que prevê a volta do ATS, sem respeito ao teto
- Em 2022, a PEC entrou na pauta do Senado, mas não foi votada
- Estudo da Consultoria Legislativa do Senado mostra que o impacto da PEC seria de R\$ 7,5 bi por ano
- Sem sucesso no Congresso, juízes federais conseguiram uma decisão administrativa via Conselho da Justiça Federal (CJF)
- A decisão atende a pedido da Associação dos Juízes Federais (Ajufe), beneficia quem estava na carreira desde antes de 2006 e prevê respeito ao teto
- Nem o CJF nem a Ajufe sabem especificar o impacto orçamentário da medida

# O debate surrealista sobre a PEC da Transição (Artigo)

**Claudio Adilson Gonzalez Economista, diretor-presidente da MCM Consultores, foi consultor do Banco Mundial, subsecretário do Tesouro Nacional e chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda**

Nos seus dois primeiros anos de vigência (2017 e 2018), o teto de gastos (TG) foi cumprido com certa facilidade, pois seu valor inicial (2017) foi inflado por superestimativa da **inflação** de 2016. Mas, já em 2019, percebia-se que essa regra fiscal teria vida curta, pois dada a rigidez dos gastos obrigatórios (mesmo após a reforma da previdência), sua manutenção exigiria redução inviável do valor real das despesas discricionárias, principalmente investimentos públicos.

No governo Jair Bolsonaro, não só em razão da pandemia de covid-19, mas também pela necessidade de atender a demandas políticas, o TG, apresentado na ementa da EC n.º 95/2016, que o criou, como "o Novo Regime Fiscal" brasileiro, foi seguidamente desmoralizado por uma sucessão de emendas constitucionais, inclusive pela criação do enorme esqueleto fiscal das precatórias não pagas.

Ou seja, o TG não exerce mais a função de âncora fiscal, pois perdeu a credibilidade junto aos agentes econômicos.

Além disso, a compressão das despesas discricionárias já ultrapassou seu limite viável, o que é visível pelo aniquilamento de várias políticas públicas essenciais e pela redução a quase zero do investimento público.

Enfim, o TG é um defunto insepulto.

Portanto, a discussão quanto ao número de anos que o Congresso autorizará, mediante a chamada PEC da Transição, que sejam desrespeitados não faz qualquer sentido.

Inquestionavelmente, para 2023, há necessidade de autorização legislativa para que a norma ainda vigente não impeça a continuidade e o melhoramento dos atuais programas de transferências de renda e para a realização de gastos inadiáveis.

De forma arbitrária, estimo que um valor da ordem de R\$ 120 bilhões seria suficiente.

Mas, muito mais importante do que esse valor, é essencial que a PEC da Transição estabeleça a obrigatoriedade de o Poder Executivo enviar projeto de lei complementar ao Congresso para a criação de um novo arcabouço de regras fiscais.

Idealmente, as novas regras deveriam ser aprovadas a tempo de serem incorporadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2024.

A PEC da Transição não deve entrar nos detalhes desse novo regime, mas é preciso que estabeleça as exigências mínimas que deverão ser observadas pela lei complementar. Destaco a seguir as duas que considero fundamentais. A primeira é que as novas regras garantam a sustentabilidade intertemporal da dívida pública. A segunda, que a política fiscal seja efetivamente anticíclica, ou seja, contribua para a suavização das variações cíclicas da economia.

Não será preciso inventar a roda para desenvolver um regime fiscal que atenda a essas exigências.

Podemos nos inspirar em experiências bem-sucedidas em nossos vizinhos sulamericanos.

Chile (desde 2001), Colômbia (desde 2013) e Uruguai (desde 2021) possuem sólidos arcabouços fiscais que obedecem a esses princípios.

Claudio Adilson Gonzalez Economista, diretor-presidente da MCM Consultores, foi consultor do Banco Mundial, subsecretário do Tesouro Nacional e chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>



# O BC distante do barulho - HENRIQUE MEIRELLES

## **HENRIQUE MEIRELLES**

Avanços institucionais possuem a qualidade de gerar estabilidade e tranquilidade, por isso muitas vezes passam despercebidos pelo público em geral. O Brasil assiste há duas semanas ao trabalho da equipe de transição do presidente eleito Lula.

Há, como sempre nesses períodos, muitos temas em discussão, divergências e concordâncias típicos da democracia.

Ninguém se lembra, no entanto, do Banco Central.

Esta é a primeira transição de governo em que o presidente da República não precisa pensar em quem será seu presidente do Banco Central. Graças à aprovação da lei que oficializou a autonomia do BC, este debate não acontece na formação do governo.

O presidente do BC, Roberto Campos Neto, tem mandato até 2024 e segue seu trabalho normalmente.

Da mesma forma fazem seus diretores. Não há nenhuma discussão sobre quem poderia ser o presidente do BC, quem poderiam ser os diretores.

Os políticos não discutem a indicação de um candidato a presidente ou mesmo a diretor.

É muito bom ver esta evolução do Brasil. Fui um defensor da independência do BC. Quando fui convidado pelo presidente eleito Lula, em 2002, conversei sobre as vantagens da independência do BC. Ele concordou, mas na ocasião não foi possível a aprovação da lei devido a resistências políticas, porque não havia ainda sido consolidada a percepção sobre as vantagens do BC independente. Eu disse, então: "Vamos fazer o seguinte, presidente: eu vou agir com independência. O senhor mantém o poder de me exonerar a qualquer momento." E assim vivemos por oito anos, nos quais o Brasil cresceu 4% em média, gerou 11 milhões de empregos, acumulou reservas de US\$ 289 bilhões e superou a crise de 2008 em dois meses.

A autonomia do BC garante ao País que a política monetária não será influenciada pela transição no governo. Na situação atual discute-se o Orçamento de 2023 por necessidade: o governo de saída produziu

uma peça de ficção, que não contempla gastos essenciais. Qualquer que seja o Orçamento ou a direção da política fiscal, o Banco Central estará de olho apenas na **inflação** e no crescimento sustentável. A taxa básica de juros está em 13,75%, um nível alto. Mas o BC pode elevá-la, se isso for necessário para trazer a **inflação** de volta ao centro da meta de 3% em 2024.

Eu já disse aqui que o ideal é que política fiscal e monetária andem na mesma direção.

Quando isto não ocorre e o governo expande gastos mais do que deveria, por exemplo, o Banco Central deve subir os juros para evitar um descontrole da **inflação** - o que reduz o crescimento da economia e pune a todos com menos empregos e menos renda.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Diferença no IPCA pode "liberar" R\$ 24 bi em 2023

**ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA**

O espaço para o aumento das despesas do governo eleito em 2023 poderá ficar R\$ 24 bilhões ainda maior do que vem sendo negociado na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição. O cálculo é do economista-chefe da XP, Caio Megale, que alerta em entrevista ao Estadão que o Congresso deveria fazer o ajuste da inflação já na votação da lei orçamentária, prevista para dezembro. Isso porque o valor do limite para as despesas no Orçamento ficará com mais gordura ao se usar uma estimativa de inflação mais alta.

Na prática, essa defasagem eleva o teto de gastos de 2023.

Sem a correção, o espaço para gastar em 2023 se soma à licença de R\$ 198 bilhões que o anteprojeto da PEC, encaminhado pelo PT, abre no Orçamento para novas despesas. O teto de gastos é uma regra que controla o crescimento dos gastos fixando a cada ano um limite para as despesas corrigido pela inflação oficial, o IPCA. Sem a correção, o espaço para gastar em 2023 será maior.

Enquanto o projeto enviado de Orçamento de 2023 foi feito com IPCA de 7,2%, a taxa esperada ao final deste ano ronda entre 5,8% e 6% - uma diferença que tem impacto relevante num orçamento de grande magnitude.

O problema surgiu quando o governo Bolsonaro e o Congresso mudaram a forma de correção da regra fiscal na PEC dos Precatórios para gastar mais em 2022, ano de eleições. O teto era corrigido pela inflação de 12 meses até junho. Com a PEC dos Precatórios, a regra passou a ser a inflação do ano cheio. Como o Orçamento costuma ser votado no ano anterior, o resultado da inflação anual ainda não está fechado.

Para ajustar a defasagem, o Ministério da Economia é obrigado a enviar à Comissão Mista de Orçamento (CMO) mensalmente as novas estimativas. O Estadão apurou na CMO que o relator do Orçamento, senador Marcelo Castro (MDB-PI), não é obrigado a fazer o ajuste agora.

Consultores do Congresso, porém, afirmam que há

dúvida se o ajuste deverá ser feito no exercício ou no ano seguinte.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

## Dilema brasileiro (Editorial)

Pagar a conta de luz ou comprar bens de consumo - esta vem sendo uma escolha obrigatória para 72% dos brasileiros, segundo pesquisa do Datafolha para a Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia Elétrica (Abraceel). Economizar eletricidade, uma das providências possíveis para atenuar o problema, acaba sendo uma solução menos eficiente do que pode inicialmente parecer. Afinal, o preço da eletricidade está embutido também no custo dos produtos consumidos. A energia elétrica representa, em média, 23,1% do preço da cesta básica no Brasil, de acordo com estudo encomendado pela Associação de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace) e divulgado em julho.

Custos diretos e indiretos da eletricidade são obviamente mais pesados para famílias de menor renda, aquelas normalmente mais afetadas pela **inflação**.

As tarifas de energia elétrica até diminuíram para a maior parte das famílias, nos últimos meses, graças à redução de **impostos**, mas o aperto orçamentário continuou.

Tem-se discutido se a situação dos consumidores poderia melhorar, se houvesse mais empresas fornecedoras de eletricidade e se eles pudessem escolher de quem comprar. Essa discussão pode ser relevante para todos ou quase todos os tipos de consumidores, familiares ou empresariais, mas o problema real, no Brasil, é mais complicado.

No último ano, 44% dos brasileiros deixaram de pagar alguma conta de luz, segundo a pesquisa do Datafolha, mas às vezes é preciso cortar alguma compra.

Não se pode, no entanto, vincular esse dilema apenas ao custo da eletricidade. A conta de luz foi posta de lado, em algum momento, provavelmente porque a alternativa seria o corte de algo inadiável, como comida, por exemplo.

O custo da eletricidade, assim como o do gás, é um problema especialmente grave, no Brasil, porque a maior parte das famílias é pobre e porque, além disso, a **inflação** raramente dá alguma trégua. Em outubro, por exemplo, o gás de botijão ficou 0,67% mais barato e a tarifa de eletricidade subiu menos que em setembro, com a variação mensal passando de 0,78% para 0,30%. Mas o custo de alimentos e bebidas subiu 0,72%, depois de ter recuado 0,51%, e foi o principal

componente do aumento do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). No ano, o item alimentos e bebidas encareceu 10,32%. Em 12 meses, 11,21%, com elevação muito superior à da média geral dos preços, 6,47%.

**Inflação** persistente, alimentada pela incerteza fiscal e pela frequente oscilação do dólar, é um problema social associado só em parte ao custo da energia.

Num país com muita pobreza e com ampla informalidade no mercado de trabalho, a vulnerabilidade a qualquer aumento de preço é condição da maior parte das famílias. A volatilidade do consumo neste ano tem sido um componente desse quadro. Apesar da expansão observada em vários momentos, neste ano, em 12 meses o volume de vendas do comércio varejista foi 0,7% menor que no período anterior. A conta de luz foi parte apenas parte desse aperto.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Economistas esperam alta de 0,6% no PIB do 3º tri

*Anais Fernandes e Marta Watanabe De São Paulo*

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187393?page=1&section=1>

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187393?page=1&section=1>

# Dados indicam que inflação global atingiu o pico

*Valentina Romei Financial Times, de Londres*

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187393?page=1&section=1>

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187393?page=1&section=1>

# Crescimento da economia x crescimento da dívida pública (Artigo)

*Jerson Kelman*

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/impresso>